

A duração e a prorrogação dos contratos na Lei 8.666/1993

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/87



RDai | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - ISSN 2526-8120 -
<https://doi.org/10.48143/rdai>

1. [Início /](#)
2. [Arquivos /](#)
3. [v. 2 n. 6 \(2018\) /](#)
4. Artigos

The duration and extension of contracts in law 8.666/ 1993

Marcio Pestana Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/o6.mp>

Palavras-chave: Duração, Prorrogação, Contratos administrativos, Lei 8.666/1993, Invalidade

Resumo

O elemento temporal é importantíssimo para as relações jurídicas, especialmente de natureza contratual, integrando esse cenário obrigacional. O regramento jurídico, sob esse aspecto, para os contratos administrativos, oscila entre a fixação de bases seguras e disposições equívocas, nesse caso muito exigindo dos intérpretes e aplicadores do direito. As presentes reflexões têm o objetivo de auxiliar aqueles que, diante de situações concretas ou hipotéticas, enfrentam tais perplexidades de maneira sistemática, logo, distanciadas da ótica fragmentária que, tantas vezes, torna difuso e impróprio o olhar do profissional, estudante ou interessado do direito.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Marcio Pestana, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978). Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é advogado – Pestana e Villasbôas Arruda Advogados, com atuação em São Paulo e Rio de Janeiro. Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da FAAP e Coordenador de Direito Administrativo e Constitucional no Curso de Pós-Graduação da Fundação Armando Alvares Penteado. Coordenador do Curso de Licitação, especialização da Pós-Graduação da Fundação Armando Alvares Penteado. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. mpestana@peva.com.br

Referências

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: Ed. RT, 2016.

MARINELLA, Fernanda. Direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MUKAI, Toshio. Licitações e contratos públicos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PESTANA, Márcio. Direito administrativo brasileiro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PESTANA, Márcio. Licitações públicas no Brasil. Exame integrado da Lei 8.666/1993 (LGL199378) e 10.520/2202. São Paulo: Atlas, 2013.

ISSN 2526-8120

6 | RDAI

julho / setembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-09-30

Edição

v. 2 n. 6 (2018)

Seção

Artigos

##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

Marcio Pestana, A exorbitância nos contratos administrativos, RAAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 1 n. 1 (2017)

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.